

**ILMA. SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE TUBARÃO (SC)**

PROSUD CONSTRUTORA EIRELI ("Recorrida"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob n. 23.081.206/0001-89, com endereço na Rua Lauro Cavalcante, n. 59, bairro São João ME, Tubarão (SC), em relação à **TOMADA DE PREÇOS N. 05/2019**, com fundamento no art. 109, §3º, da Lei n. 8.666/93 ("LLic"), em face do recurso (art. 109, I "b") formalizado pela licitante Estruturar Construção Civil Ltda. ("Recorrente"), vem apresentar manifestação na forma de **CONTRARRAZÕES**, nos termos que adiante passa a expor.

**1. SÍNTESE DOS FATOS PRECEDENTES. DELIMITAÇÃO DA
PRETENSÃO RECURSAL E DESTA MANIFESTAÇÃO**

O Município de Tubarão ("Município"), por meio do Edital n. 05/2019 ("Edital"), realizou procedimento licitatório, na modalidade tomada de preços, para a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia em regime de empreitada por preço global, cujo tipo de licitação foi o de *menor preço global*.



Após o recebimento dos envelopes propostas e de habilitação, e da abertura destes últimos, a Comissão Permanente de Licitação ("CPL") entendeu que as licitantes Construtora Cidade Azul Eireli ME, Construhab Construtora, Estruturar Construção Civil Ltda., L Construções Ltda., Sanero Construções Ltda e a Recorrida cumpriram integralmente as exigências previstas no edital relativas à habilitação.

Posteriormente, a CPL passou à apreciação das propostas das licitantes acima, em sessão de julgamento realizada no dia 06 de abril de 2020. Após cumpridas as etapas burocráticas que a LLic exige, verificou-se que a proposta mais vantajosa inicialmente ofertada foi da empresa Estruturar Construção Civil Ltda., com o valor global de R\$ 2.011.116,47 (dois milhões, onze mil, cento e dezesseis reais e quarenta e sete centavos).

Em razão da aplicação, ao caso, do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/06 e dos itens 7.4, 7.5 e 7.6 do Edital, foi oportunizado à Recorrida, dada sua condição de empresa de pequeno porte, o exercício do direito de ofertar lance.

Conforme consta da respectiva ata, a Recorrida apresentou nova proposta, agora no valor de R\$ 2.011.000,00 (dois milhões e onze mil reais), a qual foi considerada vencedora.

Na sequência, a Recorrente manifestou seu inconformismo, por meio de recurso (Art. 109, I, "b", da LLic), cuja pretensão é a desclassificação da proposta da Recorrida, sob o fundamento de que estaria caracterizado: (i) preço acima do limite em relação ao item 1.12; (ii) preço inexequível em vários itens, o que importaria na possibilidade de a empresa, após contratada, não conseguir executar o objeto.

As licitantes foram comunicadas para apresentar manifestação em relação ao recurso em questão, o que faz a Recorrida neste momento. Afora isto, a Recorrida foi notificada pela CPL para demonstrar a exequibilidade de sua proposta sob pena de desclassificação.

A Recorrida, consoante fundamentos abaixo, entende que inexistente justificativa para o acolhimento da pretensão recursal, pois não há quaisquer incorreções na proposta por ela apresentada.



2. MANIFESTAÇÃO SOBRE O MÉRITO RECURSAL: MANUTENÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA PELA CPL, DE CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA

A Recorrida passa a expor as razões pelas quais entende que a decisão proferida pela CPL, de classificação e declaração de caracterização de proposta mais vantajosa, merece ser mantida.

Registra-se que, nas informações disponibilizadas, não há como aferir a tempestividade do recurso.

2.1. Considerações preliminares:

Antes de adentrar na discussão referente aos fundamentos do recurso, algumas ponderações introdutórias se mostram necessárias.

Por primeiro, importante constar que, segundo previsão contida no Edital, em seu preâmbulo e item 1.3, o regime de contratação é o de empreitada por preço global.

Conforme dispõe o art. 6º, inciso VI, "a", neste regime, contrata-se determinada obra ou serviço por preço certo e pelo valor total. Exatamente por isto é que o Edital tomou como tipo de licitação o de menor preço global (itens 10.1 e 10.2).

Com efeito, por conta desta sistemática adotada - preço global e o regime acima mencionado – tem-se aí o balizador para aplicação do disposto no art. 48, II e §1º da LLic. Logo, a aferição da inexecutabilidade deve ser o cotejo entre a proposta mais bem classificada e o valor orçado ou a média aritmética das propostas com valor superior a 50% do orçado.

E, neste ponto, a proposta da Recorrida está em total consonância com as normas acima, bem como com as regras do Edital.

A ainda que seja uma questão acessória, não há como deixar de registrar que a pretensão deduzida pela Recorrente traduz postura temerária.



O fundamento da pretensão seria uma suposta inexecutabilidade do preço ofertado pela Recorrida, o qual, como mencionado acima, é inferior ao da Recorrente em apenas R\$ 116,47 (cento e dezesseis reais e quarenta e sete centavos). O recurso, neste viés, perde sua utilidade, uma vez que se a proposta da Recorrida vier a ser desclassificada – hipótese absolutamente argumentativa – assim também deverá ser a da Recorrente. Logo, não se consegue visualizar qual o interesse da Recorrente em sustentar a tese por ela manifestada, já que o acolhimento do pedido lhe seria igualmente prejudicial.

2.2. Discussão específica atinente aos fundamentos do recurso:

A Recorrida passa a tratar dos fundamentos do recurso manejado pela Recorrente, nos exatos limites da discussão nele proposta.

A comprovação da executabilidade da proposta é tema afeto à manifestação apresentada em decorrência da notificação recebida desta CPL.

É certo que as discussões guardam relação. Contudo, a manifestação neste expediente toma por base apenas as teses recursais e seus respectivos fundamentos, sob pena de restar inviabilizado o exercício do contraditório, por conta da indefinição da matéria controvertida.

Como decorrência, a apreciação por esta CPL e, na sequência, pela Autoridade competente para o julgamento do recurso, encontra limites na discussão aventada pela Recorrente. Por conseguinte, haverá nulidade caso a decisão tome como fundamento determinante tema que não tenha sido submetido previamente ao conhecimento da parte que sofrerá os reflexos da decisão, consoante dispõe o art. 10 do Código de Processo Civil, aplicado ao caso por força de seu art. 15.

I. Item 1.12 da planilha orçamentária: preço acima do limite fixado no Edital:

Segundo sustentou o Recorrente neste particular, no item 1.12, a Recorrida teria apresentado como valor de mão-de-obra o preço de R\$ 27,52, sendo que o valor máximo, segundo o orçamento que embasou a licitação, seria de R\$ 16,36.



O item em questão refere-se à “carga manual e transporte entulho/ caminhão 10 km”.

A Recorrida constou para este item o valor indicado abaixo, que foi de R\$ 26,58, sendo que o valor mencionado no recurso (R\$ 27,52) refere-se à proposta anterior à fase de lances.

1.12	Carga manual e transporte entulho/ caminhao 10 Km	m³	456,00	27,52	26,58
------	---	----	--------	-------	-------

Ao se verificar a proposta e o orçamento, constata-se que a tese da Recorrente está incorreta.

Analisando-se o orçamento adotado pelo Município, que foi tomado como parâmetro para fixação do preço máximo, tem-se o seguinte:

1.12	42581	Carga manual e transporte entulho/ caminhao 10 Km	m³	456,00	21,86	16,36	9.968,16	7.460,16	17.428,32
------	-------	---	----	--------	-------	-------	----------	----------	-----------

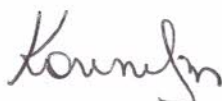
Observa-se que o valor a ser considerado, por certo, é o resultante do somatório dos itens, cujo resultado é R\$ 38,22. O preço constante da proposta da Recorrida, portanto, está abaixo do valor máximo. Note-se, inclusive, que o valor final do item (R\$ 12.548,39) é inferior ao orçado (R\$ 17.428,32).

A tese defendida pela Recorrente, na forma como posta, parece traduzir verdadeira intenção de induzir à CPL em erro, tomando como premissa uma informação parcial, para justificar sua incorreta conclusão. Logo, improcede a alegação neste particular.

De qualquer forma, ainda que o preço do item em questão fosse, de fato, acima do valor máximo, como asseverou a Recorrente, tal ocorrência, por si só, não consistiria em motivo para a desclassificação integral da proposta.

O serviço em questão, “carga manual” e “transporte de entulho”, ocorre no início da obra, sem possibilidade ou necessidade de seu refazimento posteriormente.

O valor, caso a tese da Recorrente estivesse correta, **seria o único item, dentre os 223 itens do orçamento**, que estaria acima do limite máximo.



Adotando-se a equivocada lógica da Recorrente (de desconsiderar o valor total do item), se teria o seguinte: o valor ofertado pela Recorrida seria de R\$ 26,58, ao passo que o valor máximo supostamente seria de R\$ 16,36. Isso significaria que o valor total do item, considerando a metragem cúbica (456 m3), seria de R\$ 12.120,00 sendo que o valor máximo alegadamente permitido seria de R\$ 7.460,00. Isto representaria uma diferença de **R\$ 4.660,00**, em **um único item**, representando pouco mais de 0,2% do valor global da obra. Ainda que, de fato, restasse caracterizado sobrepreço em relação ao item, esta diferença inexpressiva não justificaria desconsiderar completamente a proposta, sob pena de flagrante violação do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

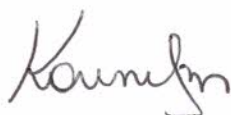
Em relação à discussão similar, o Tribunal de Contas da União, em julgamento pelo Plenário que resultou o Acórdão n. 2767/2011 (TC-025.560/2011-5, rel. Min.-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 19.10.2011), entendeu que *"[...] É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva do edital, de proposta mais vantajosa para a Administração, que contém um único item, correspondente a uma pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido pela entidade"*.

II. Proporcionalidade entre a mão-de-obra e materiais:

Em outro ponto, a Recorrente alegou que haveria uma suposta desproporção entre a mão-de-obra e os materiais. Novamente, verifica-se que a afirmação lançada na peça recursal é equivocada.

Primeiro, o recurso não apresenta qualquer fundamento idôneo para embasar a afirmação. A Recorrente formula afirmação genérica, desconsiderando a peculiaridade de cada serviço e mesmo da própria obra que é licitada.

Além disto, ao se analisar a planilha orçamentária apresentada pelo Município, verifica-se que a proporção entre mão-de-obra e serviços, em diversos itens, está exatamente da forma como a Recorrente entende ser irregular.



Tomando-se como exemplo o grupo 3 da planilha orçamentária que embasou a licitação, cuja reprodução segue abaixo, verifica-se que, em alguns itens, a mão-de-obra soma o equivalente a 12%, 8,69% ou mesmo 3,83%.

	UNID	QUANT.	MAT UN	MO UN	TOTAL MAT	TOTAL MO	TOTAL	%MAT	%MO
Alvenaria de tijolo 6 furos 15 cm	m²	715,53	28,71	28,75	20.542,87	20.571,49	41.114,35	49,97	50,03
Alvenaria de elementos vazado de concreto	m²	49,50	72,05	65,81	3.566,48	3.257,60	6.824,07	52,26	47,74
Porta chapeada de madeira angelim c/forra, vistas e ferragens	m²	82,11	277,71	11,07	22.802,77	908,96	23.711,73	96,17	3,83
Janela de alumínio anodizado (basculante)	m²	86,48	630,03	59,20	54.484,99	5.119,62	59.604,61	91,41	8,59
Janela de alumínio anodizado (correr)	m²	55,32	626,28	92,45	34.645,81	5.114,33	39.760,14	87,14	12,86
Janela de alumínio anodizado (maxi-ar)	m²	17,07	720,03	58,38	12.290,91	996,55	13.287,46	92,50	7,50
Janela de alumínio anodizado (abrir/veneziana)	m²	12,00	742,53	60,86	8.910,36	730,32	9.640,68	92,42	7,58
Janela de alumínio anodizado (fixa)	m²	17,16	561,53	53,45	9.635,85	917,20	10.553,06	91,31	8,69
Vidro temperado 10mm colocado	m²	23,16	266,25	-	6.166,35	-	6.166,35	100,00	-
Porta de Vidro Temperado 10mm Liso c/ Ferragens Colocado	m²	37,80	546,00	-	20.638,80	-	20.638,80	100,00	-
Vidro transparente 4mm colocado	m²	170,87	164,45	-	28.099,57	-	28.099,57	100,00	-
Estrutura Metálica c/ Antiferruginosa e Montagem (reforço aberturas sola	kg	5700,00	11,17	-	63.669,00	-	63.669,00	100,00	-
Portao de ferro galvanizado	m²	45,06	425,47	61,62	19.171,68	2.776,60	21.948,28	87,35	12,65

Tal relação de proporcionalidade nada tem de irregular, pois depende do material utilizado e do serviço, incluindo, certamente, as peculiaridades que lhes são inerentes, como tempo, local, necessidade de habilitação técnica ou algum outro condicionante específico. Desta forma, a afirmação constante do recurso, improcede.

Há um outro aspecto que merece menção, relacionado à discussão ora tratada.

A proposta apresentada pela Recorrida não destoou dos parâmetros estabelecidos pelo Município. Por conseguinte, o acolhimento, pela Municipalidade, da tese recursal, significaria admissão de equívocos no próprio orçamento, fato que sequer foi cogitado até o momento pelos licitantes, pelas autoridades administrativas que atuaram no presente procedimento ou dos agentes que, na forma da lei n. 5.194/66, assumiram a responsabilidade técnica pelo projeto e sua quantificação financeira.



III. Preços unitários com valor em desacordo com o art. 48, §1º, da LLic:

O terceiro fundamento do recurso formalizado pela Recorrente diz respeito a uma suposta caracterização de preço inexequível em relação, ao que denominou, a vários itens da planilha apresentada pela Recorrida.

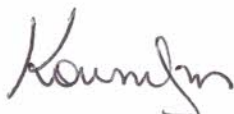
O recurso, neste ponto, também não é claro. Contudo, a referência feita aos percentuais mencionados na peça recursal levam a crer que a Recorrente entende que a alegada inexequibilidade se daria por conta da regra prevista no art. 48, em seu §1º, da LLic.

Segundo este dispositivo, as propostas serão desclassificadas se nela constarem preços inexequíveis, assim definidos na forma do §1º, como aquelas “[...] cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou b) valor orçado pela administração”.

Aqui cabe uma observação: em nenhum momento, o Edital prevê que a aferição da exequibilidade de preços se dê por item.

Na verdade, considerando que a licitação é realizada sob regime de empreitada por preço global e que o tipo de licitação é o menor preço global, a aferição, na forma do dispositivo legal acima citado, por evidente, deve pautar-se pelos valores totais das propostas e não na forma como, ao que parece, pretendeu a Recorrente. Tanto é que o Edital, em seu item 5.3.4, previu que seriam desclassificadas as propostas que “[...] Forem manifestamente inexequíveis, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 48 da Lei no 8.666/93, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98”. Com efeito, ao fazer referência à norma geral, a inexequibilidade é aferida na forma como consta do texto legal, sem qualquer possibilidade de interpretação diversa. As variáveis a serem analisadas, portanto, são as propostas em seu preço global.

Nesta linha, verifica-se que o valor orçado pela Administração foi de **R\$ 2.877.236,90**, ao passo que a média aritmética das propostas originais foi de **R\$ 2.364.194,72**. Assim, a proposta da Recorrida, em relação ao menor daqueles parâmetros (média aritmética) alcança **88,07%**.



Caso se considere a proposta da Recorrida ajustada após a fase de lances, a média aritmética seria **R\$ 2.352.320,32** e, o percentual, de **85,49%**.

Abaixo, consta demonstrativo desses valores.

Comparativo dos valores globais das propostas:	
Primeira Proposta Prosud	R\$ 2.082.246,36
Estruturar Construção Civil	R\$ 2.011.116,47
Sanero Construções	R\$ 2.414.845,92
Construtora Cidade Azul	R\$ 2.627.284,02
L Construções	R\$ 2.638.985,20
Construhab Construtora	R\$ 2.410.690,33
Média Aritmética das propostas acima de 50% do estimado:	R\$ 2.364.194,72
Percentual do valor global da prim. proposta Prosud rel. á média:	88,07%
Segunda proposta Prosud	R\$ 2.011.000,00
Média Aritmética das propostas acima de 50% do estimado:	R\$ 2.352.320,32
Percentual do valor global da seg. proposta Prosud rel. á média:	85,49%


Por outro lado, mesmo que contrariando a regra legal e o disposto no edital, se viesse a considerar uma eventual aferição por item, ainda assim, todos os quantitativos possuem valor superior à média aritmética de cada item, conforme consta em anexo.

Assim, improcede a pretensão recursal neste particular.

Necessário constar, por conta do princípio da eventualidade, uma manifestação acerca do trecho abaixo do recurso.

Vários itens a serem necessários nas etapas finais de execução da obra, como o 3.2 alvenaria de elementos vazados, 5.13 pastilhas cerâmicas, 5.14 plaquetas de fachadas, cabos de energia (orçamento consulta em anexo) 9.2.2 cabo 16mm², 9.2.5 cabo isolado 50mm², 9.2.6 cabo isolado 70mm², 9.2.7 cabo isolado 95mm² e demais itens a se verificaram de menor relevância em valores.

Ao que parece, pela disposição dos temas, que a afirmação acima guarda relação com o presente item desta manifestação, de modo que, eventual suposição de que os itens ali previstos estariam em percentual menor que o previsto no art. 48, §1º, da LLic, já foi refutada acima. A falta de manifestação específica, neste momento, deve-



se por não ser possível aferir se há outro argumento, diverso do que o ora tratado, que a Recorrente quis sustentar.

Por outro lado, em relação ao orçamento mencionado, que instruiu o recurso, a Recorrida entende que tal documento não se presta para provar a inexecuibilidade.

Primeiro, porque alguns dos cabos ali mencionados tem especificações diferentes da planilha de orçamento do Município.

Em segundo lugar, conforme consta em anexo (Anexo 2), a Recorrida realizou orçamento com um de seus fornecedores, a empresa Conducab, cujos valores por ela informados estão em conformidade com a sua proposta.

IV. Valor dos itens 7.5 e 7.6 da Proposta da Recorrida:

Os itens acima citados referem-se:

- Muro de alvenaria 15cm c/fund.em concr.rebocado e pint. (mureta interna)
- Muro de alvenaria 15cm c/fund.em concr.rebocado e pint.

Neste ponto, a Recorrente fez uma descrição sobre os materiais e composição dos custos de mão-de-obra para a execução dos muros, afirmando, ao final, que o valor ofertado pela Recorrente deveria ser superior, acrescendo ao menos mais R\$ 100,00.

A Recorrente não apresentou memorial de cálculo que justificasse a afirmação em questão, o que dificulta o exercício do contraditório pela Recorrida. Aliás, essa foi a postura adotada pela Recorrente em seu recurso, de lançar afirmações genéricas, como se houvesse uma irregularidade evidente ou que não necessitasse o mínimo de fundamentação para justificar que seu recurso fosse apreciado. Na verdade, se não fosse o fato de que o recurso administrativo se sujeita a regramentos e princípios próprios, e não àquelas formalidades próprias dos feitos judiciais, possivelmente a pretensão recursal sequer teria seguimento.

Especificamente, em relação à alegação expendida, também falta fundamento para sua admissão.



Por primeiro, inviável adotar eventuais valores para a execução de outros itens de forma automática, pois, ao assim se fazer, se está desconsiderando as características próprias daquele item. A empresa proponente pode, e não há nada incorreto nisto, considerar o momento da execução ou mesmo eventual subcontratação, ou ainda, os parâmetros que para ela se mostram corretos a partir de sua experiência e de sua rede de fornecedores/prestadores de serviço. Aliás, se, de fato, existisse na planilha de proposta da Recorrida a incorreção apontada, ou seja, se os preços dos itens impugnados não guardassem relação com outros, certamente se teria que admitir que essa incompatibilidade interna também estaria presente no orçamento que balizou as propostas. E, sobre este, não consta que a Recorrente ou qualquer outro licitante tenha se insurgido, na forma e momento adequados, em relação ao edital neste particular.

Por último, a Recorrida, em face a diligência promovida pela CPL, apresentou documentos comprobatórios – contratos anteriores – referentes a obras por ela executadas, em que se pode constatar que os preços lá praticados se mostram compatíveis com o da presente licitação.

Especificamente em relação ao Contrato n. 041/2018 (Tomada de Preços 01/2028) do Município de Capivari, cujo objeto era a reforma de unidade de saúde, a Recorrida, à época sob denominação de KM Indústria de Esquadrias Metálicas Eireli, executou o objeto contratado de modo regular, sendo que o custo unitário total foi de R\$ 208,83, evidenciando que o valor ofertado neste certame, de R\$ 224,32, é completamente compatível com o valor de mercado.

Como defendido na resposta apresentada em face da diligência baixada pela CPL, a execução de objeto contratado conduz à conclusão de que os preços são exequíveis. Nesta linha, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça ao apreciar o RMS 11.044/RJ, da relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros (1ª Turma, DJ de 4.6.2001), que, "*se a licitante vitoriosa cumpriu integralmente o contrato objeto de licitação, afasta-se logicamente a imputação de que sua proposta era inexecutável*". Logo, o contrato apresentado é prova inconteste da regularidade dos preços relacionados à respectiva contratação.





A partir do que acima foi exposto, e do que consta da manifestação realizada pela Recorrida em face da diligência realizada pela CPL, pode-se afirmar, sem qualquer dúvida ou ressalva, de que a admissão da proposta por ela apresentada deve ser mantida, uma vez que:

- atendeu os requisitos de ordem formal;
- apresentou todos os elementos necessários para sua apreciação por esta Comissão;
- os preços unitários e o global estão em consonância com as regras legal e editícia, sendo perfeitamente exequíveis.

3. REQUERIMENTOS

Considerando os fundamentos acima apresentados, requer-se:

A) em relação às formalidades que precedem a análise de mérito:

a.1) o recebimento da presente manifestação, com análise conjugada aos esclarecimentos apresentados em razão da diligência levada a efeito pela CPL;

a.2) a observância dos prazos inerentes à tramitação e apreciação do presente recurso, em consonância com o princípio do procedimento formal;

B) no âmbito de competência da Comissão de Licitação:

b.1) a manutenção da decisão recorrida e a remessa do procedimento e do recurso, no prazo legal, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal para apreciação;

C) no âmbito de competência do Exmo. Sr. Prefeito Municipal:

c.1) o desprovemento do recurso formalizado pela Recorrente para manter a decisão recorrida, para que se possa formalizar os atos necessários para ultimar o certame.

Tubarão (SC), 23 de abril de 2020


KARINE JEREMIAS MENEGAZ

CPF: 055.878.729-04